



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Fundação Nacional do Índio – FUNAI
Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC

MEMÓRIA DE REUNIÃO

PROGRAMA DE PROTEÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS KARITIANA E KARIPUNA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA UHE SANTO ANTÔNIO - PPTIM

Data: 21 e 22/11/2012

Local: Aldeia Central, Terra Indígena Karitiana

Horário: das 11h40min às 17 horas (dia 21/11/12) e das 08h30min às 15 horas (dia 22/11/12)

Participantes: Rosane Amaral (CGLIC/FUNAI), Reginilson Jacob (CTL-PVH/FUNAI), Anderson Moraes (CTL-PVH/FUNAI), Donato Luz (CTL-PVH/FUNAI), Paulo Roberto Ferreira (Coordenador do PPTIM), Ceusnei Simão (Subcoordenador do PPTIM), Ricardo Márcio (SAE), Paulo Afonso Santos (SAE), Elenice Duran (SAE) e Membros da Comunidade Indígena Karitiana, conforme listas de presença anexas.

Objetivo: Apresentação do Projeto Básico Ambiental Indígena da UHE Santo Antônio, referente ao processo de licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio e apresentação do Parecer Técnico da CGLIC/FUNAI, para validação junto à comunidade indígena Karitiana.

Dia 21/11/2012

A reunião na aldeia Karitiana teve início às 11h40 do dia 21 de novembro de 2012. Inácio Karitiana, da aldeia Candeias inicia a reunião compondo uma mesa com os seguintes membros: Rosane Amaral, Ricardo Márcio, Cacique da Aldeia Central, Cacique da aldeia Candeias, Cacique da Aldeia Bom Samaritano e Reginilson Jacob.

Em seguida passa a palavra à representante da CGLIC/FUNAI, Rosane Amaral, que informa o objetivo da reunião e esclarece que o parecer técnico concluiu que apesar do Diagnóstico da TI Karitiana necessitar de ajustes, estes não inviabilizam a sua aprovação, já o parecer técnico referente ao PBA, apontou a necessidade de readequações e reestruturações, as quais deverão compor um novo produto a ser protocolado na Funai. Esclarece ainda, que o momento é para ouvir a opinião da comunidade e para que esta apresente suas observações e recomendações.

Inácio Karitiana passou a palavra para Ricardo Márcio, que se apresentou e fez um rápido histórico sobre a elaboração do diagnóstico e do projeto. Informou sua função e que espera que a reunião tenha um “bom proveito”. Sendo este o momento de proceder para a finalização.

Orlando Karitiana, diz que esperava mais técnicos da Funai de Brasília na reunião, gostaria que nesta reunião fosse discutido o caso da Funai de Ji-Paraná e espera a presença do Vicente, Coordenador Regional de Ji-Paraná. Coloca que a apresentação é muito importante e ela vai ajudar a todos que estão presentes, porque fala de produção também.

Reginilson Jacob, lembrando do acordado na reunião realizada em Brasília, na presença da Coordenadora Geral de Licenciamento Ambiental, Ana Cacilda, na qual foi acordado reuniões nas TIs Karipuna e Karitiana no período de 19 a 23/11/2012, disse:

“Como vocês sabiam, hoje era o dia de iniciar a reunião. Ontem estivemos nos Karipuna, e fizemos um esforço de estar aqui para discutir sobre o PBA. A gente agradece a todas as pessoas estão aqui para estar aqui hoje e estar discutindo. E também vai ser importante para vocês estarem entendendo o PBA.”

Rosane Amaral solicita a palavra para explicar o fato de outros servidores da Funai Brasília não estarem presentes. Explica que na reunião que tiveram em Brasília no dia 19/10/2012, os representantes das TIs Karitiana e Karipuna, presentes naquela reunião, apresentaram diversas reivindicações referentes à: questão produtiva, demarcação fundiária, fiscalização, problemas de diálogo com a CR, entre outros. Questões estas de responsabilidade de outras coordenações da Funai (CGEtno, CGMT, CGID), de outra Diretoria (DPT) e diretamente da Presidência, não podendo a CGLIC responder pelas demais coordenações e diretorias.

Explica ainda, que os documentos que os representantes indígenas entregaram durante a reunião, foram encaminhados às demais coordenações, por competência, juntamente com a solicitação para que representantes de tais coordenações participassem das reuniões agendadas para o período de 20 a 23/11/2012. Porém, devido ao curto prazo, menos de 01 (um) mês, e devido à falta de recursos da Funai não foi possível o deslocamento de servidores das outras coordenações. De todo modo, a CGLIC entendeu que não seria oportuno cancelar a reunião, tendo em vista que o PBA já estava a bastante tempo para ser discutido.

A Assembléia questiona se Rosane Amaral teria como definir uma data para uma reunião geral. Rosane Amaral explica que como depende de outras coordenações, ela não teria como sair daqui com uma data definitiva, pois terá que consultar os demais para verificar data possível. A mesma informa que tentará articular uma reunião geral para a semana de 17/12/12.

Inácio diz que se esqueceu de duas pessoas da associação para compor a mesa, que foram Milena Karitiana, vice presidente e Maria de Fátima, coordenadora de assistência social. Inácio lembra que o mais importante é discutir a questão da terra. Inácio explica a todos que a Rosane não poderá responder por outras coisa, e vai trabalhar apenas na parte dos impactos, se ao longo da reunião surgir outras questões, eles comunicarão.

Rosane inicia a explicação de como será desenvolvida apresentação na comunidade, sugerindo que a reunião se iniciasse com uma apresentação resumida do PBA, tendo em vista que o mesmo já havia sido apresentado à comunidade em novembro de 2011, seguida da apresentação das observações e recomendações do parecer técnico e posteriormente das observações e solicitações de adequações pela comunidade indígena. Enfatiza que é mais um momento em que tudo deve ser revisado. A sugestão foi acordada com comunidade indígena, equipe técnica e representantes do empreendimento.

Paulo Roberto fala que esse é um momento importante e que se fará uma revisão e que importa que os indígenas participem. Ele lembrou o fato de que o diagnóstico e os programas foram pensados junto com os próprios indígenas há mais de um ano atrás.

Ceusnei inicia sua apresentação ao meio dia, mas, pede para que Rosane Amaral explique o porquê se demorou tanto para o retorno aqui na aldeia.

Rosane Amaral explica que conforme instrução normativa a Funai tem prazo de 90 dias para análise de cada produto, que no caso tratava-se de dois produtos Diagnóstico e PBA, informa que a análise aconteceu em 180 dias, que é um prazo regimental. Mas, o atraso ocorreu devido a greve de servidores (2 meses) e à reestruturação da FUNAI ocorrida no julho de 2012 que criou a Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental. Informa ainda que o prazo estipulado pela Funai para a revisão do PBA é de 60 dias.

Ceusnei, durante sua apresentação, pergunta à Assembléia, no quesito de capacitações agrícolas, quais seriam as prioridades.

Orlando Karitiana, diz que o importante é aprender como plantar para primeiro consumir o seu produto, como feijão, arroz, frango. Ele diz que os Karitiana consomem muito feijão, muito arroz e é o que eles querem plantar. Ele lançou um desafio: *“hoje a minha comunidade não precisa comprar nem arroz, nem milho, nem frango e estamos comercializando?”*

Fernando Karitiana coloca que:

“Infelizmente a gente está aprendendo isso. Nesse momento a SAE vem trazendo essa apresentação pra gente. A muito tempo, a FUNAI trabalha com a gente e não desenvolve esse trabalho com a gente. Mas, só joga para a comunidade plantar do seu jeito. E não funcionou, se perdeu a plantação. Se a gente continuar e tiver acompanhamento técnico a gente vai fazer do jeito que o Orlando falou. Sem orientação técnica a gente não pode fazer nada.”

Orlando, refletindo sobre o curso diz que isso não atrapalharia a sua comunidade. A própria comunidade indicaria o curso. Tem que trabalhar em cima do que já foi feito. Inácio faz uma importante recomendação, colocando que se 50 pessoas querem fazer o curso, não são as 50 que ficarão naquela matéria, cada pessoa se capacitará em áreas distintas.

As discussões se estenderam neste sentido. Em linhas gerais, ficou claro que a comunidade indígena deseja é a garantia da realização dos cursos e o estabelecimento de formas de encaminhamento. Encaminhou-se tecnicamente que o curso ganhe um formato de extensão rural indígena, na qual se estabeleça um processo de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER indígena.

Na apresentação, Ceusnei fala da necessidade da reforma e construção da casa de farinha. A Agro-industrialização focalizaria na macaxeira. Um problema a ser discutido e que gera certa expectativa é o caso das compotas. Fernando Karitiana diz que isso é importante, mas, que ao mesmo tempo não é do conhecimento deles. Ceusnei pergunta se isto é uma idéia boa e se atende a demanda deles. A possibilidade que ele aventa é a criação de um uso múltiplo para a Casa de Farinha. Orlando fala que mais importante é a retirada de óleos de palmeiras. Sugeriram-se as compotas apenas para o uso doméstico, porque eles não sabem utilizar isto.

Ceusnei encerra a apresentação com o tema do artesanato. Orlando sugere que se faça um levantamento daquilo que é produzido com sementes e palhas, mas, não com dentes e plumárias.

Os representantes da TI Karitiana questionam sobre os equipamentos a serem disponibilizados pela SAE para a implementação das ações, exemplificam com a necessidade de maquinário agrícola e caminhão para o transporte da produção. Referente ao caminhão, Ricardo Márcio, questiona sobre a quem caberia o gerenciamento desses equipamentos.

Após uma breve discussão, ficam estabelecidas as seguintes prioridades, relacionadas ao programa de produção:

- Aldeia Central – peixe
- Candeias – peixe e galinhas, pequenos animais
- Bom samaritano – Pequenos Animais
- Joari – Pequenos animais

O Programa de Saúde foi apresentado por Paulo Roberto, que ressaltou que o apresentou tal como ele havia sido escrito pelos profissionais que o elaborou, a saber, Andrea Cambuy (Antropóloga e Nutricionista) e Cristiano Alves (Enfermeiro).

Paulo Roberto informa que no Programa de Saúde inicialmente proposto havia previsão de contratação de pessoal, mas que haverá convênio com SESAI e a SAE, orientado pela Funai para consolidar as ações de saúde e que elas já não estão mais sob responsabilidade da equipe técnica, a não ser aquilo que o próprio convênio não dê conta.

Rosane Amaral esclarece que as ações de Saúde e Educação são de responsabilidade, respectivamente, da SESAI e da SEDUC, deste modo não caberá a Funai a coordenações de programas nesta área. Com isso, o parecer técnico recomendou que para a execução das ações relacionadas à saúde e à educação a SAE firmasse convênios diretamente com a SESAI e com a SEDUC.

Orlando Karitiana coloca que seria importante a utilização dos alimentos tradicionais, não ficar só nas oficinas. Exemplifica a importância desta alimentação dizendo que alguns indígenas, que ainda seguem a alimentação tradicional, matem o corpo “em forma”. Informa que ainda há utilização de remédios tradicionais, dando exemplo de uso de remédio tradicional para picada de cobra.

Orlando coloca que seria necessário construir Posto de Saúde na aldeia Bom Samaritano. Paulo informa que quando do levantamento, conforme os dados que a SESAI dispunha naquele momento, a aldeia foi considerada (pela SESAI) muito pequena para comportar um Posto de Saúde. Orlando não concorda.

Orlando Karitiana diz que a Bom Samaritano é reconhecido como aldeia. Reginilson informa que a Bom Samaritano está devidamente registrada na Funai como uma aldeia, e que tal documento já havia sido encaminhado à SAE para conhecimento. Houve um mal entendido referente ao reconhecimento da aldeia e ao número de moradores mínimo exigido para que na mesma possa ser construído um Posto de Saúde.

Devido à delonga do debate, a reunião foi suspensa para ser retomada no dia seguinte a partir das 08 horas.

Dia 22/11/2012

A reunião foi retomada às 8h30min. O primeiro tema debatido foi relativo ao Posto de Saúde da aldeia Karitiana. Antenor Karitiana pergunta aos representantes da Funai se o Diagnóstico foi aprovado ou não. Antenor diz que depois reunião a gente “bate o martelo”.

Rosane Amaral explica novamente que o Diagnóstico foi aprovado, porém necessita de algumas adequações, que foram consideradas simples não comprometendo a aprovação do mesmo. Já o PBA necessita de reformulações e correções e por este motivo o mesmo não foi aprovado, com isso a SAE deverá entregar novo PBA à Funai no prazo de 60 dias, a contar do término desta

reunião. Este “novo” PBA deverá contar com as recomendações e decisões tomadas nesta reunião.

Rosane explica a atual situação do processo de revisão dos limites da Terra Indígena, explicando o processo de formação de GT de identificação e da decisão judicial que o suspendeu, explica que por ser uma decisão judicial a Funai não pode dar encaminhamentos ao processo.

Cria-se certa confusão entre o processo de revisão dos limites da terra indígena Karitiana com a não construção de estruturas físicas, nas aldeias Joari e Candeias, bem como o Posto de Saúde na aldeia Bom Samaritano. Orlando coloca que tem que haver uma saída para que as aldeias localizadas fora da área atualmente delimitada como TI Karitiana, tenham um benefício.

Orlando diz que não podendo construir um Posto de Saúde, como ele solicitou no dia anterior, que seja construído um Ponto de Apoio para o atendimento dos pacientes indígenas. Sugere-se então que se faça uma Consulta a SESAI quanto à construção do Posto de Saúde e/ou Casa de Apoio para exames dos pacientes. Rosane pergunta se a SAE está de acordo com a consulta a SESAI. A SAE diz que esse seria o caminho. A Equipe Técnica concorda com o encaminhamento enfatizando o fato de sempre ter considerado Bom Samaritano uma aldeia reconhecida.

Inicia-se a apresentação do Programa de Fortalecimento Étnico e Valorização Cultural. Quanto a um dos aspectos deste Programa, Antenor Karitiana coloca que o espaço multiuso não serve para os rituais indígenas, que tem a sua forma específica. Orlando Karitiana pergunta por que sua aldeia ficou de fora das construções.

Orlando Karitiana reivindica que se construa uma Oca na sua aldeia. Inácio diz que: “se faltou, tem só que completar”. Antenor diz que tem que se construir:

- Oca na aldeia Central
- Oca na aldeia Bom Samaritano + espaço multiuso
- Oca na aldeia Candeias + espaço multiuso
- Oca na aldeia Juari + espaço multiuso

Fica acordado que o PBA irá prever o apoio à construção de Ocas nas aldeias Central, Bom Samaritano, Candeias e Juari. Tal apoio será constituído de material de construção, combustível, diária e alimentação para as pessoas que irão trabalhar na construção, equipamentos de corte (facão), deslocamento de especialistas para a construção da Oca, e demais materiais e ajuda de custos necessários à construção das Ocas.

Paulo continua a apresentação do Programa enfatizando a realização de oficinas com os jovens, pesquisa indígena, festivais culturais e publicações bilíngues.

O Programa de Proteção Territorial foi apresentado e, em seguida, a representante da Funai passou às considerações. Rosane Amaral informa que o parecer técnico apontou pela necessidade de reformulação do Programa, apresentando as recomendações do parecer:

- supressão das atividades previstas no âmbito de criação de Unidade de Conservação e Corredor Ecológico, tendo em vista que tais ações extrapolam as competências do empreendedor;
- com vistas a reduzir contratação de empresas especializadas e consultorias, que seja pensado em uma parceria com o SIPAM, para o mapeamento do desmatamento;
- retirar as ações de cadastro das propriedades vizinhas, tendo em vista que tal ação poderá acirrar conflitos já existentes ou ocasionar novos conflitos;
- repensar a proposta do NIEG, previsto para ser montado em Porto Velho;

- suprimir a proposta de recuperação de áreas fora das TIs;
- o Programa de Proteção e Gestão Territorial, deverá prever um subprograma específico de proteção territorial, como continuidade das ações já implementadas no âmbito do Plano Emergencial de Proteção (Convênio fase 1).

No que tange ao Programa de Gestão do PBA, este, ao ser apresentado foi criticado por haver a criação de três instâncias decisórias, o comitê geral, o local e mais uma comissão aldeã. Sugeriu-se um programa mais ' enxuto', com menos 'instâncias de decisão'.

Paulo inicia a apresentação do Programa de Gestão do PBA, informando que o mesmo foi estruturado com base na criação de comissão aldeã, comitê local e comitê gestor geral. Rosane Amaral recomenda que siga o modelo de Comitê já proposto no Convênio Fase 1.

A Rosane enfatiza que nova versão do PBA deverá ser protocolada na Funai no prazo de 60 dias, contados a partir desta data.

Os representantes indígenas da TI Karitiana presentes à reunião, colocam-se de acordo com o parecer técnico da Funai e solicitam que suas observações sejam contempladas na reformulação do PBA.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada.

Encaminhamentos:

- Nova versão do PBA deverá ser protocolada na Funai no prazo de 60 dias, a contar do encerramento das reuniões de apresentação nas TIs Karipuna e Karitiana. Esta nova versão deverá contemplar as decisões acordadas nesta reunião.
- A Funai emitirá parecer da revisão do PBA em até 30 dias após o recebimento do mesmo pela área técnica.
- Após finalização do parecer o PBA deverá ser novamente apresentado para validação junto à comunidade Karitiana;
- Caso algum programa ainda necessite de adequações, isto não deverá impedir o início das atividades dos Programas que forem considerados aprovados pela equipe técnica da Funai e pelos indígenas.